



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Concurso Público

003. PROVA OBJETIVA

AUXILIAR JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

Brilhante, Adamastor

Este ano o verão demorou a chegar e parece querer compensar o atraso. Subo a avenida Angélica de carro e vejo um amigo a pé, pela calçada. Ele sua, bufa e resmunga qualquer coisa, provavelmente contra o sol. Dou uma buzinação, pergunto aonde vai, diz que ao fórum de Pinheiros. Ofereço uma carona. Ele salta para dentro do carro e logo fico sabendo que sua infelicidade tem menos a ver com verão do que com o vizinho, um sujeito de maus bofes chamado Adamastor.

Meu amigo é educado e pacífico. Não cito seu nome, pois é réu num processo aberto pelo tal Adamastor no Tribunal de Pequenas Causas; não quero prejudicá-lo. Vamos chamá-lo de Ivo, nome que me parece adequado a um sujeito educado e pacífico. Assim como Adamastor cabe perfeitamente a um homem ignorante e agressivo – e vejam a coincidência, pois Adamastor é mesmo o nome do vizinho, que faço questão de citar para que se cubra de infâmia.

Ivo mora numa casa térrea separada da casa do vizinho por um muro de quatro metros de altura. Do outro lado do muro vive o Adamastor, mas Ivo nunca se lembra disso ao abrir a porta, todas as manhãs, pois entre o Adamastor e meu amigo, além do muro, há uma enorme trepadeira, uma tela verde que o próprio Ivo plantou faz uma década, e ali está a embelezar sua vista e purificar o ar da cidade.

Se todos tivessem trepadeiras como a do Ivo, talvez não fizesse tanto calor. Talvez ainda houvesse garoa. Talvez o mundo estivesse salvo. Mas o mundo não está salvo, há menos trepadeiras do que sujeitos feito o Adamastor que, vejam só, encasquetou que a planta deixa sua casa úmida e que o Ivo precisa arrancá-la.

Eu disse que o Ivo era educado e pacífico. Não minto. Quando o Adamastor apareceu, trazendo o cunhado para intimidar, meu amigo ouviu calmamente sua queixa. Disse que ia chamar um engenheiro capaz de dizer se a trepadeira era a culpada pela umidade e, caso se confirmasse a suspeita, ele a cortaria. “É a trepadeira!”, afirmou o Adamastor, com aquela pequena satisfação de quem acredita que o próprio sofrimento é fruto única e exclusivamente do prazer alheio e que, uma vez exterminada a alegria do outro, seu incômodo cessará, na triste matemática dos egoístas, onde só existe a soma zero.

Pois bem, meu amigo chamou não um nem dois, mas três engenheiros. Todos disseram, na frente do Adamastor, que a trepadeira é inocente. Que a umidade vem do chão e do lado da casa do querelante, mas Adamastor não aceita e, 15 dias atrás, ao abrir a porta, Ivo encontrou, além da trepadeira, uma intimação judicial. Adamastor está levando a trepadeira aos tribunais.

Não lhe importam a engenharia, a botânica, a lógica. O negócio é pessoal. Com seu nome de gigante* e sua alma de gnomo, ele vai até o fim, até arrancar a trepadeira, até deixar o mundo um pouquinho pior e poder gozar, em sua toca úmida e abafada, o triunfo de sua mediocridade. Brilhante, Adamastor.

(Antonio Prata. *Folha de S. Paulo*, 08.02.2012. Adaptado)

*Referência ao Gigante Adamastor, personagem de *Os Lusíadas*.

01. No segundo parágrafo, ao fazer questão de citar o nome verdadeiro de Adamastor para cobri-lo de infâmia, o objetivo do narrador é
- (A) dar total apoio ao amigo Ivo, ainda que reconheça que Adamastor tem razões plausíveis para exigir o corte da trepadeira.
 - (B) defender Ivo com veemência, pois sabe que o amigo é muito ocupado e não tem tempo disponível para cuidar da casa e das plantas do jardim.
 - (C) mostrar que Adamastor é um indivíduo egoísta e infeliz, embora julgue que Ivo deva ser mais compreensivo com o vizinho.
 - (D) evidenciar seu desprezo por Adamastor, embora critique a ação precipitada de Ivo ao consultar três engenheiros para obter uma solução para o caso.
 - (E) expressar sua indignação com a atitude tacanha e insensível de Adamastor e, ao mesmo tempo, expor seu apreço pelo comportamento sereno e cordial de Ivo.
02. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, informações corretas sobre Ivo e Adamastor.
- (A) Vê-se ameaçado pelo vizinho e desiste de manter a trepadeira em seu jardim.
É egoísta e sente prazer em prejudicar as outras pessoas.
 - (B) Alugou a casa térrea para dedicar-se às plantas que embelezam a paisagem.
Não compreende as explicações dadas pelos engenheiros a respeito da umidade no muro.
 - (C) Procura ser cordato com o vizinho, mas não cortará a trepadeira sem justa causa.
Comporta-se covardemente, pois se serve do cunhado para intimidar Ivo.
 - (D) Aprecia a natureza e cultiva em sua casa várias plantas que purificam o ar.
Não estudou, por isso desconhece noções básicas de engenharia, botânica e lógica.
 - (E) Surpreende-se com a intimação judicial, pois acreditava que a questão estava resolvida.
Reconhece que seu sofrimento é consequência de sua própria mesquinhez.
03. Antítese é um recurso de linguagem que consiste em expressar ideias utilizando palavras de sentido oposto.
- O narrador emprega esse recurso no trecho:
- (A) *Dou uma buzinação, pergunto aonde vai, diz que ao fórum de Pinheiros.*
 - (B) *... e vejam a coincidência, pois Adamastor é mesmo o nome do vizinho, que faço questão de citar para que se cubra de infâmia.*
 - (C) *Ivo mora numa casa térrea separada da casa do vizinho por um muro de quatro metros de altura.*
 - (D) *Todos disseram, na frente do Adamastor, que a trepadeira é inocente.*
 - (E) *Com seu nome de gigante e sua alma de gnomo, ele vai até o fim, até arrancar a trepadeira...*

04. Leia os trechos do texto.

Não cito seu nome, **pois** é réu num processo aberto pelo tal Adamastor... (2.º parágrafo)

Se todos tivessem trepadeiras como a do Ivo, talvez não fizesse tanto calor. (4.º parágrafo)

Mas o mundo não está salvo, há menos trepadeiras do que sujeitos feito o Adamastor... (4.º parágrafo)

Os termos em destaque podem ser substituídos, correta, respectivamente e sem alteração do sentido do texto, por:

- (A) visto que; ainda que; entretanto.
- (B) portanto; caso; já que.
- (C) porque; caso; todavia.
- (D) portanto; uma vez que; já que.
- (E) porque; ainda que; todavia.

05. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque está corretamente substituída pelo pronome.

- (A) ... encasquetou que a planta deixa **sua casa** úmida e que o Ivo precisa arrancá-la / deixa-na úmida e que Ivo precisa arrancá-la.
- (B) Adamastor está levando **a trepadeira** aos tribunais / levando-a aos tribunais.
- (C) Este ano o verão demorou a chegar e parece querer compensar **o atraso** / compensar-lhe.
- (D) Ofereço **uma carona** / Ofereço-na.
- (E) ... e ali está a embelezar sua vista e purificar **o ar da cidade** / purificar-lhe.

06. Considere as frases.

A trepadeira ____ qual o vizinho sempre reclamava tornou-se motivo para uma disputa judicial.

Os engenheiros ____ quem Ivo recorreu confirmaram que a planta não era responsável pela umidade.

O muro ____ o qual se estendia a trepadeira separava as duas casas.

As preposições que preenchem, correta e respectivamente, as frases são:

- (A) da ... a ... sobre
- (B) com ... por ... sob
- (C) da ... para ... sob
- (D) a ... a ... sobre
- (E) a ... para ... sobre

07. Analise a tirinha em que vemos Hagar e Robin Hood conversando em uma taverna.



(Dik Browne. Folha de S.Paulo, 13.02.2011)

Nessa tirinha, Robin Hood não apresenta as características que lhe são atribuídas convencionalmente, pois, no diálogo com Hagar, ele se mostra uma pessoa

- (A) avarenta, visto que se beneficia financeiramente com a maior parte do produto dos roubos.
- (B) persuasiva, uma vez que convence os ricos a ajudarem abnegadamente os menos favorecidos.
- (C) prática, uma vez que transformou em profissão vantajosa a atividade de roubar dos ricos para dar aos pobres.
- (D) idealista, visto que admite arriscar a própria vida quando é necessário ajudar as pessoas mais humildes.
- (E) ambiciosa, já que afirma claramente que pretende enriquecer e se tornar respeitado entre os mais ricos.

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 11.

Após queixas, palavrão vira falta em pelada de condomínio no Rio

Peladeiros de um condomínio de classe média alta na Barra da Tijuca, no Rio, criaram uma nova regra para as partidas disputadas no campo do clube que serve aos moradores: palavrão é falta.

Cada vez que um jogador reagir de forma malcriada a um lance ríspido ou a uma marcação do juiz, seu time será punido.

A regra surgiu a partir de queixas de moradores. “Fica chato para quem mora aqui ou pratica alguma atividade física ao redor do campo ter que ouvir palavrões ao lado de seus filhos, da família”, diz Vitor S., 25, morador do condomínio e peladeiro.

Segundo ele, a decisão não aboliu totalmente as expressões grosseiras durante as partidas, mas elas com certeza diminuíram. “A gente pensa duas vezes antes de falar para não cometer falta.”

Devido às queixas, os peladeiros e a administração do condomínio fizeram o acordo. Coube à administração instalar as placas pelo campinho informando sobre a nova regra.

Para os jovens locais, a nova medida é educativa e simboliza respeito com a vizinhança. “Mas ainda tem gente que não consegue se controlar. Aí toma falta e prejudica o time”, afirma o estudante Kaique C., 15.

(Diana Brito. Folha de S. Paulo, 31.05.2011. Adaptado)

08. De acordo com o texto, a nova regra
- (A) incentivou mais jovens a participarem dos campeonatos do clube.
 - (B) reduziu as agressões físicas aos juizes.
 - (C) eliminou completamente as ofensas durante os jogos.
 - (D) garantiu uma relação mais civilizada com a vizinhança.
 - (E) motivou outros condomínios cariocas a adotarem a mesma postura.

09. Assinale a alternativa em que, entre parênteses, há um antônimo para a expressão em destaque.
- (A) Segundo ele, a decisão não aboliu totalmente as expressões **grosseiras** durante as partidas, mas elas com certeza diminuíram. (chulas)
 - (B) Cada vez que um jogador reagir de forma malcriada a um lance **ríspido** ou a uma marcação do juiz, seu time será punido. (afável)
 - (C) **Peladeiros** de um condomínio de classe média alta na Barra da Tijuca, no Rio, criaram uma nova regra... (jogadores amadores)
 - (D) “Fica **chato** para quem mora aqui ou pratica alguma atividade física ao redor do campo ter que ouvir palavrões ao lado de seus filhos, da família”... (constrangedor)
 - (E) Para os jovens locais, a nova medida é educativa e **simboliza** respeito com a vizinhança. (representa)

10. Considere a frase.

Em razão das reclamações, _____ um acordo entre peladeiros e condôminos, e a administração _____ por instalar as placas informando a nova regra.

As expressões que preenchem, correta e respectivamente a frase, mantendo a correta relação entre os tempos verbais, são:

- (A) se faria ... se responsabilizará
 - (B) foi feito ... teria se responsabilizado
 - (C) se fará ... se responsabilizava
 - (D) seria feito ... terá se responsabilizado
 - (E) fez-se ... se responsabilizaria
11. Assinale a alternativa que completa a frase a seguir, apresentando o emprego correto do sinal indicativo de crase.
- Para as partidas no campo de futebol, estabeleceu-se uma nova regra – palavrão é falta – imposta...
- (A) à times dos bairros vizinhos.
 - (B) à pessoas que frequentam o local.
 - (C) à turma de peladeiros.
 - (D) à todos os moradores.
 - (E) à uma comunidade onde há muitas crianças.

12. Os peladeiros de um dos bairros da cidade farão uma solicitação ao prefeito para que o parque municipal, onde jogam futebol, permaneça aberto até as 22 h nos finais de semana. Para oficializar essa solicitação devem redigir
- (A) uma procuração.
 - (B) uma declaração.
 - (C) um memorando.
 - (D) um requerimento.
 - (E) uma circular.

13. Analise a charge.



(Velati. Folha de S. Paulo, 12.10.2012)

Interpretando-se a cena, conclui-se corretamente que essa charge dirige-se

- (A) aos especialistas da área e informa sobre os procedimentos governamentais para promover modificações na infraestrutura econômica do país.
- (B) às pessoas que desconhecem economia e evidencia a importância de infraestrutura sólida para se garantir competitividade financeira em qualquer setor.
- (C) ao público em geral e mostra o ambiente igualitário em que se processa a competitividade financeira entre as nações.
- (D) aos economistas ortodoxos e apresenta um painel que revela a discrepância existente, em diversas áreas, no âmbito da competitividade financeira.
- (E) aos indivíduos que buscam informações sobre o setor econômico e dá orientações precisas para a organização da infraestrutura de um empreendimento.

Leia o texto para responder às questões de números 14 e 15.

É preciso dizer não

Existe um personagem de história em quadrinhos, um pequeno dinossauro chamado Horácio que, apenas por uma de suas características – os braços curtos –, se assemelha a muitos profissionais. Explico: aquela pessoa que está sempre pedindo ajuda para tudo, mas nunca está disponível para ajudar os outros, o “braço-curto”.

É o tipo do profissional que acaba sobrecarregando os colegas, estressa o ambiente de trabalho e compromete a produtividade. Os colegas precisam fazer a parte dele, o que gera gargalos e coloca em risco o resultado final.

Já identificou alguém com esse perfil? Como lidar com uma pessoa assim? Primeiramente, alguns padrões de atitude persistem porque o meio os favorece.

Esses “horácios” encontram à sua volta pessoas que não sabem dizer não. Estas, por sua vez, reclamam para os colegas, se sentem usadas, mas não conseguem se posicionar diante da situação, gerando clima desconfortável no ambiente de trabalho.

Sinto desapontar quem pensou que eu fosse dar lição de moral nos “mãos-curtas”, mas o maior responsável pela situação não é ele. Em situações profissionais, é difícil dizer “não” para algumas pessoas, mas é importante.

O “não” é poderoso para a manutenção da saúde, para evitar sobrecarga e para ter mais tempo. É resposta fundamental para impor limites, definir prioridades e sinalizar desagrado.

Tenha critérios para dizer “não” e avalie a situação: é preciso entender, naquele momento, o que é importante e urgente para você. O urgente não pode esperar. Peça uma contrapartida, por exemplo: “Se eu fizer isso para você, então você pode fazer aquilo para mim?”. É uma maneira de pedir comprometimento do outro.

Não é preciso, entretanto, ser agressivo. É a isso que se chama assertividade: quando a pessoa consegue expressar com segurança os próprios pensamentos, opiniões ou emoções, sem que para isso seja ameaçador ou autoritário para o outro. Pratique o “não” e veja que os “horácios” tenderão a desaparecer da sua frente.

(Adriana Gomes. *Folha de S. Paulo*, 08.12.2013. Adaptado)

14. De acordo com a leitura do texto, é correto afirmar que

- (A) o colega braço-curto será reeducado para o trabalho se os integrantes da equipe agirem com assertividade, impondo-lhe limites e exigindo contrapartidas.
- (B) o dinossauro Horácio, personagem de histórias em quadrinhos, é famoso por ser negligente e nunca estar disponível para os outros.
- (C) os profissionais que se comportam como braços-curtos existem em todos os locais de trabalho e, quando identificados, devem ser demitidos.
- (D) a atitude assertiva ocorre quando o indivíduo expressa livremente seu ponto de vista, mesmo que, para tanto, seja necessário menosprezar os colegas.
- (E) os horácios são profissionais que comprometem a produtividade do grupo porque não sabem distinguir uma tarefa urgente de uma tarefa que pode esperar.

15. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) As situações desconfortáveis em que nos colocam os horácios demandam respostas assertivas.
- (B) Exigir a participação dos mãos-curtas tem ajudado-nos a evitar sobrecarga de trabalho.
- (C) Nos ensinaram que é imprescindível saber dizer não aos colegas que agem como braços-curtos.
- (D) Segundo a autora, ameaças e práticas autoritárias conduziram-nos a resultados negativos.
- (E) Ter segurança para expressar os próprios pensamentos frequentemente facilita-nos a convivência.

16. Considere a tirinha em que a pata Filomena é personagem principal.



(Cica – Cecília Whitaker Alves Pinto. *Pagando o pato*. L&PM Pocket, 2006)

Após ser questionada pela outra personagem, é correto afirmar que Filomena

- (A) sente-se insatisfeita, pois as críticas destinam-se à sua personalidade e não à sua aparência física.
- (B) descuida do próprio corpo e reconhece que as práticas esportivas são essenciais para preservar a boa saúde.
- (C) admite não ter recursos financeiros, mas se sente compensada por possuir juventude e beleza.
- (D) ressentido com as duras críticas, mas procura manter o entusiasmo com que iniciou o dia.
- (E) deixa-se influenciar pelos comentários que expressam padrões impostos pela sociedade.

As questões de números 17 a 19 devem ser respondidas com base na norma-padrão da língua portuguesa.

17. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal.

- (A) Se um dos peladeiros não se atêm à regra, o time é prejudicado.
- (B) A atitude de expor opiniões, ideias e emoções com confiança e sem intimidação chamam-se assertividade.
- (C) Faz alguns meses que a empresa vem procurando aprimorar sua infraestrutura.
- (D) Deveria existir áreas verdes em todas as regiões das grandes cidades.
- (E) Houveram muitas queixas dos moradores, por isso se determinou que palavrão é falta.

18. Considerando o contexto, assinale a frase redigida corretamente.

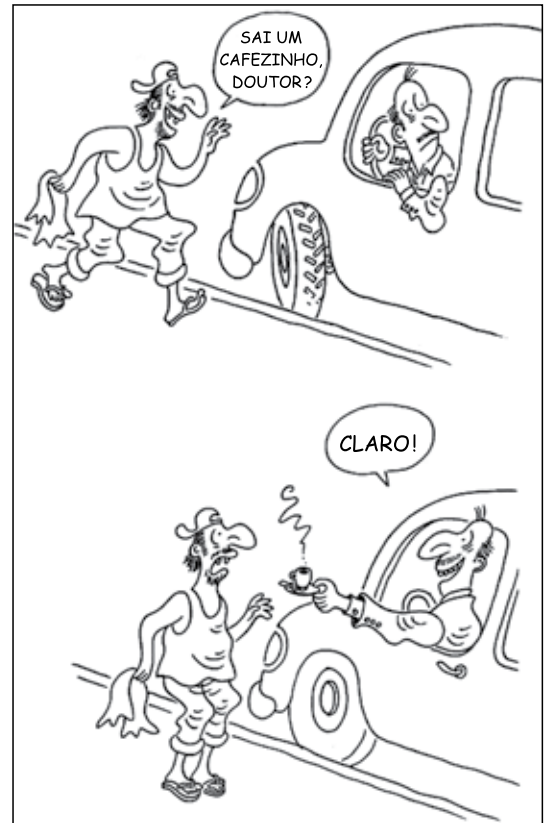
- (A) O pedido de licença do funcionário foi indiferido pelo órgão responsável.
- (B) Os jurados discutiram acerca das provas apresentadas pela promotoria.
- (C) Os estelionatários foram pegos em flagrante, portanto permanecerão na cadeia.
- (D) A viatura policial trás o réu para a primeira sessão no fórum.
- (E) A ordem judicial exigiu o comprimento imediato das disposições de praxe.

19. Documentos oficiais serão encaminhados ao Procurador-Geral do Estado do Pará para que ele analise as informações.

Nesses documentos, deve-se empregar como forma abreviada de tratamento:

- (A) V. S.
- (B) V. Ex.^a
- (C) V. Em.^a
- (D) V. Mag.^a
- (E) V. S.^a

20. Considere a charge e o texto.



(Santiago – Neltair Rebes Abreu. *Tinta fresca*. L&PM, 2004)

O humor presente na charge decorre do significado diverso que as personagens atribuem à expressão *sair um cafezinho*. Enquanto o flanelinha emprega essa expressão em sentido _____, indicando que ele _____; o dono do veículo a compreende em sentido _____, por isso entrega uma xícara de café ao flanelinha, o que deixa este último perplexo.

Para que o texto sobre a charge apresente as informações adequadas, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) próprio ... conta com um valor específico em dinheiro pelo uso da vaga ... figurado
- (B) próprio ... sobrevive financeiramente graças a esse trabalho ... figurado
- (C) figurado ... reserva a vaga todos os dias para esse mesmo cliente ... próprio
- (D) figurado ... espera uma retribuição em dinheiro por tomar conta do veículo ... próprio
- (E) próprio ... evita que os automóveis sejam danificados ou furtados ... figurado

REGIMENTO INTERNO

21. O Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo por sede a cidade de Belém e jurisdição em todo o Estado do Pará, possui, dentre outros, os seguintes órgãos de julgamento:

- (A) Corregedoria-Geral da Magistratura, Conselho da Magistratura, Órgão Fracionário.
- (B) Órgão Especial, Corregedoria-Geral da Magistratura, Conselho da Magistratura.
- (C) Órgão Especial, Desembargadores e Juízes de Direito.
- (D) Diretoria Administrativa, Tribunal Pleno, Câmaras Cíveis Reunidas.
- (E) Tribunal Pleno, Conselho de Magistratura, Câmaras Criminais Reunidas.

22. Ao Presidente do Tribunal de Justiça, além de desempenhar as atribuições que lhes sejam conferidas em lei ou pelo Regimento Interno, compete:

- (A) deliberar sobre as propostas orçamentárias do Poder Judiciário.
- (B) propor à Assembleia Legislativa a alteração do número de Desembargadores.
- (C) administrar o Palácio da Justiça.
- (D) solicitar a intervenção no Estado, por intermédio do Supremo Tribunal Federal.
- (E) proceder à escolha de Juízes de Direito que deverão ter acesso ao Tribunal de Justiça.

REGIME JURÍDICO ÚNICO

23. O conjunto de categorias funcionais da mesma natureza, escalonadas segundo a escolaridade, o nível de complexidade e o grau de responsabilidade, é denominado, pelo o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94):

- (A) grupo ocupacional.
- (B) classe de funções.
- (C) cargo público.
- (D) quadro de cargos.
- (E) categoria funcional.

24. Nos termos da Lei n.º 5.810/94, o servidor preso em flagrante, pronunciado por crime comum, denunciado por crime administrativo, ou condenado por crime inafiançável, será afastado do exercício do cargo até sentença final transitada em julgado, percebendo, durante o período

- (A) nenhuma remuneração, que será devida, no entanto, se for absolvido por decisão final.
- (B) o equivalente ao salário mínimo fixado por lei federal.
- (C) o equivalente ao piso salarial da categoria.
- (D) dois terços da remuneração, excluídas as vantagens devidas em razão do efetivo exercício do cargo, tendo direito à diferença, se absolvido.
- (E) o valor integral dos vencimentos que percebia antes do afastamento preventivo.

25. Estabelece o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) que, para fins de aprovação no estágio probatório, serão observados os seguintes fatores:

- (A) obediência, atenção, capacidade de iniciativa, resultado da atividade do servidor.
- (B) assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
- (C) urbanidade, presteza, inteligência, iniciativa e produtividade.
- (D) senso ético, absentéismo, civismo, assiduidade e produtividade.
- (E) meticulosidade, subordinação, bom comportamento, adaptação e responsabilidade.

26. A promoção por merecimento, no âmbito da Lei n.º 5.810/94, dar-se-á pela progressão à referência imediatamente superior, mediante a avaliação do desempenho a cada interstício de

- (A) 3 (três) anos de efetivo exercício.
- (B) 4 (quatro) anos de efetivo exercício.
- (C) 6 (seis) meses de efetivo exercício.
- (D) 1 (um) ano de efetivo exercício.
- (E) 2 (dois) anos de efetivo exercício.

27. Conforme previsto na Lei n.º 5.810/94, o servidor que praticar atos de lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio estadual ficará sujeito à aplicação da pena de

- (A) suspensão.
- (B) demissão a bem do serviço público.
- (C) multa.
- (D) ressarcimento ao erário.
- (E) repreensão.

28. Dentre os princípios e diretrizes que norteiam o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do Poder Judiciário do Estado do Pará, encontram-se:
- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
 - (B) soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana.
 - (C) universalidade, equidade, publicidade e transparência.
 - (D) unidade, universalidade e indivisibilidade.
 - (E) eficiência, transparência e economicidade.
29. Prevê o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do Poder Judiciário do Estado do Pará que a qualificação funcional dos servidores deverá resultar de programas regulares de cursos de treinamento e aperfeiçoamento, objetivando
- (A) à obrigatoriedade de realização de concurso de remoção.
 - (B) à garantia da eficiência dos serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade.
 - (C) à atribuição de adicionais e gratificações aos servidores.
 - (D) ao aprimoramento do desempenho das atividades funcionais.
 - (E) à adequação aos conteúdos dos cargos e às condições reais de trabalho.
30. Além do vencimento e de outras vantagens previstas em lei, poderá ser concedida a Gratificação de Auxílio Locomoção
- (A) devida exclusivamente aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliador.
 - (B) ao servidor com graduação de nível superior.
 - (C) às classes de servidores comissionados no Judiciário Superior e Intermediário.
 - (D) aos servidores ocupantes dos cargos que integram Carreiras Operacionais e Técnicas.
 - (E) ao servidor que concluir especialização, mestrado ou doutorado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Não basta ao administrador o cumprimento da estrita legalidade; ele deverá respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça. A afirmação se refere ao princípio constitucional da
- (A) publicidade.
 - (B) efetividade.
 - (C) impessoalidade.
 - (D) eficiência.
 - (E) moralidade.
32. O _____ é o de que dispõe o Executivo para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal, enquanto que o _____ é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores.
- No tocante aos poderes administrativos, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, o enunciado.
- (A) Poder vinculado ... Poder regulamentar
 - (B) Poder punitivo ... Poder hierárquico
 - (C) Poder hierárquico ... Poder disciplinar
 - (D) Poder regulamentar ... Poder punitivo
 - (E) Poder disciplinar ... Poder regulamentar
33. No tocante ao poder de polícia, é correto afirmar que
- (A) é privativo da polícia militar.
 - (B) poderá ser vinculado.
 - (C) é exclusivo da polícia civil.
 - (D) o Município não poderá exercer.
 - (E) somente a União poderá exercer.
34. Assinale a alternativa que contém apenas requisitos do ato administrativo.
- (A) Finalidade, competência e motivo.
 - (B) Motivo, competência e perfeição.
 - (C) Efeito, motivo e conteúdo.
 - (D) Perfeição, finalidade e conteúdo.
 - (E) Forma, finalidade e efeito.

35. O ato administrativo praticado pelo Auxiliar de Justiça, em regra, será tido sempre como verdadeiro e conforme o Direito. Assinale a qualidade do ato que se refere ao enunciado.
- (A) Presunção de imperatividade.
 - (B) Obrigatoriedade.
 - (C) Presunção de auto-executoriedade.
 - (D) Exigibilidade.
 - (E) Presunção de legitimidade.
36. A faculdade que a lei confere à Administração para apreciar o caso concreto, segundo critérios de oportunidade e conveniência, e escolher entre duas ou mais soluções, todas válidas perante o direito, é a
- (A) indisponibilidade do ato.
 - (B) discricionariedade administrativa.
 - (C) vinculação do ato administrativo.
 - (D) oportunidade administrativa.
 - (E) indivisibilidade do ato.
37. O ato administrativo
- (A) será anulado em razão de oportunidade e conveniência.
 - (B) somente poderá ser anulado pela Administração.
 - (C) poderá ser revogado pelo Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional.
 - (D) poderá ser revogado em razão de oportunidade e conveniência.
 - (E) somente poderá ser anulado pelo Poder Judiciário.
38. O poder regulamentar é
- (A) função típica dos Promotores de Justiça.
 - (B) função típica do Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (C) função típica do Presidente do Senado Federal.
 - (D) atribuição privativa de qualquer magistrado.
 - (E) atribuição típica do Chefe do Poder Executivo.
39. São, entre outros, atributos do ato administrativo:
- (A) objetividade e supremacia do interesse público.
 - (B) exigibilidade e motivação.
 - (C) continuidade e indisponibilidade.
 - (D) imperatividade e exigibilidade.
 - (E) irrevogabilidade e imprescritibilidade.
40. O motivo do ato administrativo
- (A) pode estar, ou não, previsto na lei.
 - (B) trata da representação psicológica e interna do agente.
 - (C) não é considerado um de seus requisitos.
 - (D) é sinônimo de móvel do ato.
 - (E) é sinônimo de motivação do ato.
41. _____ é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social. No tocante aos princípios constitucionais, assinale a alternativa que completa corretamente o enunciado.
- (A) O princípio da obrigatoriedade
 - (B) O princípio da desburocratização
 - (C) O princípio da eficiência
 - (D) O princípio da impessoalidade
 - (E) O princípio da legalidade
42. O ato administrativo que afronta o princípio da legalidade administrativa
- (A) deverá ser revogado.
 - (B) não poderá se anulado.
 - (C) deverá ser ratificado.
 - (D) deverá ser convalidado.
 - (E) deverá ser anulado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

43. Considerando os princípios fundamentais da Constituição Federal brasileira, assinale a alternativa correta.
- (A) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
 - (B) A Federação brasileira constitui-se em um Estado democrático de Direito e é formada pela união indissolúvel do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.
 - (C) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
 - (D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
 - (E) O pluralismo político e a independência nacional, entre outros, são princípios que regem as relações internacionais da República Federativa brasileira.

44. Sobre os direitos fundamentais previstos no texto constitucional, é correto afirmar que
- (A) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
 - (B) é expressamente vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
 - (C) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação e até completarem seis anos de idade.
 - (D) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
 - (E) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial ou do Ministério Público, para fins de investigação criminal.
45. Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, os remédios constitucionais que visam garantir: o direito de locomoção; ao cidadão obter a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- (A) *Habeas corpus* e ação civil pública.
 - (B) *Habeas corpus* e ação popular.
 - (C) *Habeas data* e *habeas corpus*.
 - (D) *Habeas data* e ação popular.
 - (E) Mandado de segurança e mandado de injunção.
46. Assinale a alternativa que contempla somente instrumentos constitucionais de exercício da soberania popular.
- (A) Mandado de segurança, *habeas corpus*, veto de projeto de lei e ação popular.
 - (B) Iniciativa popular, voto, veto e referendo popular.
 - (C) Voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular.
 - (D) Eleição, ação popular, consulta popular e sanção de projeto de lei.
 - (E) Voto, ação popular, iniciativa popular e ação civil pública.
47. De acordo com a Constituição Federal, desde que haja compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de dois cargos públicos da mesma categoria para
- (A) enfermeiros e professores.
 - (B) médicos e policiais.
 - (C) professores e juízes.
 - (D) juízes e promotores.
 - (E) policiais e professores.
48. Para fins de aposentadoria, segundo a Constituição Federal, são exemplos de cargos públicos regidos pelo regime geral da previdência social:
- (A) de provimento efetivo.
 - (B) em comissão.
 - (C) de carreira.
 - (D) estatutários.
 - (E) do Poder Judiciário.
49. A propósito das regras relativas ao Poder Judiciário, a Constituição Federal estabelece que os servidores receberão delegação para a prática de
- (A) atos exclusivamente administrativos internos.
 - (B) atos judiciais de pequena relevância, limitados à primeira instância.
 - (C) atos administrativos internos e atos judiciais de qualquer espécie desde que autorizados expressamente pelo juiz.
 - (D) atos administrativos e decisões singulares a pedido do juiz da causa.
 - (E) atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.
50. São garantias constitucionais dos juízes:
- (A) executoriedade, imperatividade e legitimidade.
 - (B) prisão em cela especial, duplo grau de jurisdição e independência funcional.
 - (C) irredutibilidade de subsídios, independência funcional e impenhorabilidade de seus bens.
 - (D) poder decisório, incontrastibilidade e vitaliciedade.
 - (E) vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
51. O Ministério Público da União tem por chefe
- (A) o Procurador-Geral da Fazenda Nacional.
 - (B) o Procurador-Geral da República.
 - (C) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) o Presidente da República.
 - (E) o Advogado-Geral da União.

52. O Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, na forma da Constituição Federal, incumbindo-lhe
- (A) processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares.
 - (B) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas.
 - (C) a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
 - (D) processar e julgar os casos que envolvam os direitos dos pobres na acepção jurídica do termo.
 - (E) a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

53. É correto afirmar que o direito civil disciplina, objetivamente, as relações jurídicas
- (A) de índole constitucional, que norteiam e limitam outras leis esparsas, hierarquicamente inferiores.
 - (B) entre as pessoas e a Administração Pública, inexistindo codificação específica no direito brasileiro.
 - (C) entre os diversos órgãos da Administração Pública, inclusive entre os órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.
 - (D) relativas às pessoas, aos bens e a suas relações, havendo codificação específica no direito brasileiro.
 - (E) concernentes às pessoas, bens, fatos jurídicos, obrigações, empresas e relações familiares e de direito sucessório, inexistindo codificação específica no direito brasileiro.
54. Assinale a alternativa correta acerca da personalidade e da capacidade civil no direito brasileiro.
- (A) No atual sistema jurídico brasileiro, os nascituros não gozam de proteção jurídica, iniciando-se a personalidade civil a partir do nascimento com vida.
 - (B) A sentença que decreta o divórcio independe de averbação em registro público.
 - (C) A emancipação, o casamento e o exercício de emprego público efetivo geram a cessação da incapacidade para os menores.
 - (D) A comoriência é um instituto de direito civil que consiste no nascimento simultâneo de 2 (duas) pessoas.
 - (E) Os maiores de 15 (quinze) e menores de 18 (dezoito) anos são considerados relativamente incapazes ao exercício dos atos da vida civil.

55. São pessoas jurídicas de direito público interno e externo, respectivamente:
- (A) as autarquias e os Estados estrangeiros.
 - (B) os partidos políticos e a Santa Sé.
 - (C) as organizações religiosas e as associações públicas.
 - (D) a União e as associações públicas.
 - (E) as fundações e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
56. Josué trabalha no serviço funerário municipal de sua cidade. Certo dia, dirigia o veículo pertencente ao município, transportando uma pessoa recém-falecida ao cemitério da cidade. Por imprudência sua, colidiu o veículo contra outro automóvel, de propriedade de Fernando, causando prejuízos a este. Neste cenário, é correto afirmar que
- (A) Fernando poderá exigir indenização tão somente da família do falecido, considerando que estava utilizando o serviço público municipal.
 - (B) Fernando poderá exigir indenização do Município que, por sua vez, poderá exigir indenização de Josué.
 - (C) O Município não tem o dever de indenizar Fernando, considerando que houve culpa exclusiva de Josué.
 - (D) Fernando poderá exigir indenização do Município e da família do falecido, considerando que estava utilizando o serviço público municipal.
 - (E) Fernando poderá exigir indenização do Município, mas este não poderá exigir indenização de Josué, ressalvada a possibilidade de apuração da conduta do funcionário e aplicação da sanção devida.
57. No que tange ao domicílio civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Se a pessoa natural possuir mais de uma residência, terá que indicar uma delas para ser seu domicílio civil, não se admitindo pluralidade de domicílios.
 - (B) Os Estados possuem domicílio no município em que houver maior número de habitantes.
 - (C) As pessoas jurídicas de direito privado, por se tratar de uma ficção jurídica, não possuem domicílio civil.
 - (D) A União possui pluralidade de domicílios, localizados na capital de cada um dos Estados que integram a Federação.
 - (E) O incapaz possui domicílio idêntico ao domicílio de seu assistente ou representante legal.

58. De acordo com a legislação civil, são requisitos de validade do negócio jurídico:
- (A) agente capaz ou relativamente capaz, objeto lícito e determinado e testemunhas presenciais.
 - (B) agente capaz, objeto lícito, possível e determinado (ou determinável) e forma prescrita ou não defesa em lei.
 - (C) duas ou mais pessoas, maiores e capazes, objeto determinado (ou determinável) e instrumento contratual registrado em cartório.
 - (D) duas ou mais pessoas, maiores e capazes, objeto determinado e inexistência de vícios que poderiam levar à anulação do negócio jurídico.
 - (E) agente capaz, objeto lícito e possível e contrato escrito.
59. É correto afirmar que a prescrição e a decadência estão ligadas
- (A) à revogação de uma norma, em razão da promulgação de lei posterior.
 - (B) à revisão de contratos, por vícios em sua constituição.
 - (C) à extinção dos direitos pela influência do tempo.
 - (D) à vontade das partes em realizar determinado negócio jurídico.
 - (E) ao descumprimento contratual e à possibilidade de rescisão por uma das partes.
60. Acerca do instituto da prescrição, assinale a alternativa que diferencia corretamente as consequências da suspensão e da interrupção no cômputo do prazo prescricional.
- (A) Em caso de suspensão, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo após o término da causa suspensiva; em caso de interrupção, computa-se integralmente o prazo transcorrido antes da causa interruptiva.
 - (B) Em caso de suspensão, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo após o término da causa suspensiva; em caso de interrupção, computa-se o prazo transcorrido antes da causa interruptiva, até o limite de 1 (um) ano.
 - (C) Tanto nos casos de suspensão como nos casos de interrupção, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo, após a cessação da causa suspensiva ou interruptiva, distinguindo-se os institutos pela natureza do evento que gera a suspensão ou a interrupção.
 - (D) Em caso de suspensão, computa-se integralmente o prazo transcorrido antes da causa suspensiva; em caso de interrupção, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo após o término da causa interruptiva.
 - (E) Em caso de suspensão, computa-se o prazo transcorrido antes da causa suspensiva, até o limite de 1 (um) ano; em caso de interrupção, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo após o término da causa interruptiva.
61. A responsabilidade civil é uma das matérias de desenvolvimento mais dinâmico no direito civil. Durante a evolução do tema, em razão da necessidade de melhor atender à realidade econômica e social, cindiu-se a responsabilidade civil nas modalidades “subjativa” e “objetiva”. Tais modalidades distinguem-se, essencialmente, na apuração
- (A) da culpa, que é elemento da responsabilidade civil subjativa, mas é dispensável na responsabilidade civil objetiva.
 - (B) do nexo de causalidade entre a conduta e o dano, que é elemento da responsabilidade civil subjativa, mas é dispensável na responsabilidade civil objetiva.
 - (C) do ato ilícito, que é elemento da responsabilidade civil subjativa, mas é dispensável na responsabilidade civil objetiva.
 - (D) da boa-fé, que é elemento da responsabilidade civil subjativa, mas é dispensável na responsabilidade civil objetiva.
 - (E) do dano, que é elemento da responsabilidade civil subjativa, mas é dispensável na responsabilidade civil objetiva.
62. Assinale a alternativa correta acerca da indenização e da obrigação de indenizar, de acordo com a legislação brasileira.
- (A) O falecimento de pessoa obrigada a indenizar extingue tal obrigação, ainda que haja bens a serem transmitidos por herança.
 - (B) No caso de homicídio, as despesas com funeral e luto da família não integram a indenização.
 - (C) Os pais não são responsáveis por reparar os danos causados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
 - (D) A injúria, a difamação e a calúnia são tratadas no âmbito criminal, não gerando direito à indenização no âmbito civil.
 - (E) A desproporção entre a gravidade da culpa e o dano pode influenciar na fixação da indenização.

63. É correto afirmar que a pena cumprida no estrangeiro

- (A) não é nela computada, quando de natureza idêntica.
- (B) não produz qualquer efeito, para os fins de atenuação ou de agravação de penas no Brasil pelo mesmo crime.
- (C) agrava a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando de natureza idêntica.
- (D) atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando de natureza diversa.
- (E) é nela computada, quando de natureza diversa.

64. A respeito da contagem de prazo no Código Penal, é correto afirmar que

- (A) o ano penal é composto de apenas trezentos e sessenta dias.
- (B) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.
- (C) os dias, os meses e os anos não são contados pelo calendário comum.
- (D) o dia do fim não se inclui no cômputo do prazo.
- (E) os sábados e domingos são desprezados no cômputo do prazo.

65. Aquele que recebe de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada mas, mesmo depois de descobrir a falsidade a restitui à circulação,

- (A) comete crime punível com reclusão de três a doze anos, e multa.
- (B) só será penalmente responsabilizado se praticar a conduta na qualidade de funcionário público.
- (C) comete crime punível com detenção de seis meses a dois anos, e multa.
- (D) não merece ser punido pois, afinal de contas, agiu de boa-fé ao receber a moeda falsa.
- (E) comete crime punível apenas com multa.

66. Aquele que confecciona um cartão de crédito falso comete o crime de _____, na modalidade equiparada.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) Moeda Falsa
- (B) Uso de Documento Falso
- (C) Falsidade Ideológica
- (D) Falsificação de Documento Particular
- (E) Falsificação de Documento Público

67. A conduta que consiste em divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a outrem, conteúdo sigiloso de processo seletivo para ingresso no ensino superior

- (A) é tipificada como crime, apenada com reclusão.
- (B) não encontra tipificação na lei penal.
- (C) é tipificada como crime, apenada com detenção.
- (D) só encontra tipificação na lei penal quando se tratar de instituição pública de ensino.
- (E) é enquadrada como infração penal, sujeita à pena de prisão simples.

68. “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. O tipo legal ora transcrito refere-se à descrição do delito de

- (A) Corrupção Ativa.
- (B) Concussão.
- (C) Corrupção Passiva.
- (D) Peculato.
- (E) Prevaricação.

69. Sobre o crime de Falso Testemunho, é correto afirmar que

- (A) o fato deixará de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente retrata-se ou declara a verdade.
- (B) o mencionado tipo legal não se aplica a intérpretes e peritos, no curso do processo-crime.
- (C) o fato deixará de ser punível se, depois de transitada em julgado a sentença do processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.
- (D) o fato será punível mesmo se, antes de recebida a denúncia pelo juiz, o agente retrata-se ou declara a verdade.
- (E) o mencionado tipo legal não se aplica a contadores e réus, no curso do processo-crime.

70. “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”. A conduta ora descrita, expressamente prevista no Código Penal, é denominada

- (A) Favorecimento Pessoal.
- (B) Advocacia Administrativa.
- (C) Tergiversação.
- (D) Patrocínio Infiel.
- (E) Patrocínio Simultâneo.

